

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**ORÇAMENTO**

**ICA 170-1**

**INSTRUÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE  
AÇÃO**

**2011**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA



**ORÇAMENTO**

ICA 170-1

**INSTRUÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE  
AÇÃO**

**2011**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 52-T/ANAJ, DE 30 DE JUNHO DE 2011.

Aprova a reedição das Instruções  
para a Execução do Plano de Ação  
para 2011 (ICA 170-1).

**O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, IV e o parágrafo único, do artigo 15, inciso II, do artigo 18, da Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001; os incisos II, IV e VI, do artigo 4º, do Regulamento da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (ROCA 20-8), aprovado pela Portaria nº 131/GC3, de 04 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da Instrução do Comando da Aeronáutica 170-1 - Instruções para a Execução do Plano de Ação para 2011.

Art. 2º Esta ICA entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Portaria revoga a Portaria nº 1, de 22 de abril de 2010.

Ten Brig Ar APRÍGIO EDUARDO DE MOURA AZEVEDO  
Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 127, de 6 de julho de 2011.)

## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	7
1.1 <u>FINALIDADE</u> .....	7
1.2 <u>ÂMBITO</u> .....	7
1.3 <u>CONCEITUAÇÕES</u> .....	7
1.4 <u>ABREVIATURAS</u> .....	12
<b>2 PLANO DE AÇÃO</b> .....	14
<b>3 ORÇAMENTO DA AERONÁUTICA PARA 2010</b> .....	15
3.1 <u>COMENTÁRIOS GERAIS</u> .....	15
3.2 <u>PRAZOS</u> .....	16
<b>4 DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	17
4.1 <u>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u> .....	17
4.2 <u>PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA</u> .....	18
4.3 <u>REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u> .....	19
4.4 <u>ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u> .....	19
<b>5 DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS</b> .....	21
5.1 <u>PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA</u> .....	21
5.2 <u>DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA</u> .....	21
5.3 <u>APOIO ADMINISTRATIVO</u> .....	22
5.4 <u>SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS</u> .....	23
5.5 <u>AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS</u> .....	23
5.6 <u>PLANO DE OBRAS</u> .....	23
5.7 <u>CONTRATOS E CONVÊNIOS</u> .....	24
5.8 <u>AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE</u> .....	25
5.9 <u>DIÁRIAS</u> .....	25
5.10 <u>ENCARGOS ESPECIAIS</u> .....	26
5.11 <u>ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL</u> .....	26
5.12 <u>PLAMTAX</u> .....	26
5.13 <u>ASSISTÊNCIA SOCIAL</u> .....	27
5.14 <u>RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELAS UG</u> .....	27
5.15 <u>DESEMPAÇO ALFANDEGÁRIO E MULTAS DE TRÂNSITO</u> .....	28
5.16 <u>RECURSOS NÃO UTILIZADOS</u> .....	29
5.17 <u>DESTAQUE DE CRÉDITO</u> .....	29
5.18 <u>AÇÕES SUPOSTAS POR FONTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u> .....	29
5.19 <u>SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</u> .....	30
5.20 <u>PROJETOS ESTRATÉGICOS DO COMANDO DA AERONÁUTICA</u> .....	31
<b>6 DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	32
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	33
<b>Anexo A - Justificativas Necessárias para Compor o Processo de Alteração do Orçamento Anual</b> .....	35

## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

A presente Instrução tem por finalidade orientar os Agentes da Administração das **Unidades Gestoras** do Comando da Aeronáutica, quanto à execução do Plano de Ação referente ao Exercício de 2011, complementando os demais dispositivos legais afins e em vigor.

### **1.2 ÂMBITO**

Esta ICA aplica-se a todas as Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica, envolvidas com a execução orçamentária.

### **1.3 CONCEITUAÇÕES**

Constituem conceitos essenciais ao perfeito entendimento desta Instrução.

#### **1.3.1 FUNÇÃO**

Representa o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público, relacionada com a missão institucional do Ministério (Manual Técnico de Orçamento - MTO 2011).

#### **1.3.2 SUBFUNÇÃO**

Representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesas do setor público. Identifica a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções.

#### **1.3.3 PROGRAMA**

O Programa é o instrumento de organização da atuação governamental. Articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum pré-determinado, mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade.

##### **1.3.3.1 Programa Finalístico**

É o Programa do qual resultam bens e serviços ofertados diretamente à sociedade, cujos resultados sejam passíveis de mensuração. Seus atributos básicos são: denominação, objetivo, público-alvo, indicador(es), fórmulas de cálculo do índice, Órgão(s), Unidades Orçamentárias e Unidade Responsável pelo programa.

##### **1.3.3.2 Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais**

São programas voltados aos serviços típicos de Estado, ao planejamento, à formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação ou ao controle dos

programas finalísticos, resultando em bens ou serviços ofertados ao próprio Estado, podendo ser composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas.

### 1.3.4 AÇÃO

**1.3.4.1** A Ação é uma parte integrante de um Programa que pode agrupar Projetos, Atividades ou Operações Especiais que apresentam características semelhantes de planejamento, de execução, de controle ou de objetivos.

**1.3.4.2** Na Lei Orçamentária e nos Balanços, as Ações serão identificadas em termos de funções, subfunções, programas, atividades, projetos e operações especiais. As Ações de Governo são de três naturezas diferentes e podem ser classificadas como categorias de programação orçamentária: Projeto, Atividade e Operação Especial.

#### 1.3.4.2.1 Projeto

É um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam em um **período limitado de tempo**, das quais resulta um produto que concorre para a **expansão** ou para o **aperfeiçoamento** da ação de governo.

#### 1.3.4.2.2 Atividade

É um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de **modo contínuo e permanente**, das quais resulta um produto necessário à **manutenção** da ação de governo.

#### 1.3.4.2.3 Operações Especiais

São as ações que **não contribuem** para a **manutenção** das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Um grupo importante de ações com a natureza de operações especiais, quando associadas a programas finalísticos, pode apresentar produtos associados.

São despesas passíveis de enquadramento nesta Ação: amortizações e encargos, aquisição de títulos, pagamento de sentenças judiciais, transferências a qualquer título (não confundir com descentralização), fundos de participação, operações de financiamento (concessão de empréstimos), ressarcimentos de toda ordem, indenizações, pagamento de Inativos, participações acionárias, compensações financeiras e as contribuições a organismos nacionais e internacionais.

### 1.3.5 UNIDADE GESTORA

Unidade Administrativa da Administração Federal que realiza a gestão de recursos orçamentários e financeiros, alocados pela Lei Orçamentária e/ou crédito adicional deferido(s) por meio da descentralização de créditos.

#### **1.3.5.1 Unidade Gestora Executora**

Unidade Administrativa que realiza a gestão, processa os recursos orçamentários e financeiros e realiza atos de gestão patrimonial.

#### **1.3.5.2 Unidade Gestora Responsável**

Unidade Administrativa que responde pela realização de parcela do gerenciamento ou processamento do programa de trabalho, contida em um crédito.

#### **1.3.5.3 Unidade Gestora Credora**

É a Unidade Administrativa que não executa seus lançamentos no SIAFI, dependendo do apoio de uma Unidade Gestora Executora, para execução dos lançamentos.

### **1.3.6 QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

Demonstrativo por meio do qual é realizado o detalhamento das dotações alocadas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) ou crédito adicional, a cada Subprojeto ou Subatividade, especificando-os no nível de modalidade de aplicação, de elemento de despesa e dos seus desdobramentos (quando requeridos), individualizando as respectivas fontes de recursos.

### **1.3.7 GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA**

É o agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto do gasto:

- 1 - pessoal e encargos sociais;
- 2 - juros e encargos da dívida;
- 3 - outras despesas correntes;
- 4 - investimentos;
- 5 - inversões financeiras;
- 6 - amortização da dívida; e
- 9 – reserva de contingência.

### **1.3.8 PLANO INTERNO (PI)**

**1.3.8.1** O Plano Interno (PI) tem a finalidade de, como parte integrante do detalhamento da célula orçamentária no Comando da Aeronáutica, identificar, dentro do SIAFI, níveis inferiores de desdobramento da execução das Ações, com vinculação direta às etapas e eventos previstos no Plano de Ação da Aeronáutica e à metodologia adotada pelo Sistema de Planejamento Integrado de Gestão (SIPG). É atribuição do EMAER (5SC) o controle e a liberação dos códigos de PI para a execução orçamentária, bem como o gerenciamento de suas finalidades e características.

Cada PI define evento de uma Ação do tipo Atividade ou etapa de uma Ação do tipo Projeto.

**1.3.8.2** No Comando da Aeronáutica, o Plano Interno tem a seguinte constituição:

DESCRIÇÃO DE PI		
PROJETO/ATIVIDADE	FASE	ITEM
P/A NNNNNNN	NN	NN

- a) PROJETO/ATIVIDADE (P/A NNNNNNN): número do projeto/atividade. Constituído por um caractere alfanumérico e seis caracteres numéricos;
- b) FASE (NN): número da fase. Constitui o primeiro nível de detalhamento de um projeto/atividade; e
- c) ITEM (NN): número do item. Constitui o segundo nível de detalhamento de um projeto/atividade.

Observações:

- a) a descentralização do crédito será efetuada no nível:
  - de Projeto/Atividade, quando o Plano Interno assume a seguinte forma: P/A NNNNNNNN.00.00;
  - de Fase do Projeto/Atividade, tomando o Plano Interno a seguinte forma: P/A NNNNNNNN.NN.00; e
  - de Item do Projeto/Atividade, quando o Plano Interno assume a sua forma mais detalhada: P/A NNNNNNNN.NN.NN.
- b) o código de Plano Interno (PI) é gerado pelo Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário (SIPLORC), por ocasião da aprovação do projeto/atividade pelo COMAER. Assim, as UG têm acesso ao código correspondente ao projeto/atividade, por ocasião do recebimento da Nota de Crédito. Daí em diante, todas as transações SIAFI exigirão, compulsoriamente, o uso desse código.
- c) quando o crédito for proveniente de Destaque de Crédito, sem o detalhamento do Plano Interno no Órgão de origem, assumirá a seguinte forma: DNNNNNNN.NN.00.

### **1.3.9 REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Processo destinado a promover a alteração dos créditos previstos no Quadro de Detalhamento da Despesa.

#### **1.3.9.1 Remanejamento de Créditos**

É a transposição ou a transferência de créditos entre Projetos, Atividades, Operações Especiais, Fonte de Recursos e Grupos da Despesa, que se processa por Lei ou Decreto, de acordo com os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual - LOA. Constituem, também, remanejamentos de crédito a mudança de detalhamento de fonte



de recursos, bem como a alteração da Modalidade de Aplicação, de Elemento de Despesa e Plano Interno (PI), que nestes casos são processadas pela SEFA.

### **1.3.9.2 Crédito Adicional**

Instrumento de ajustamento orçamentário, empregado usualmente para corrigir demandas que surgem durante a execução do orçamento.

#### **1.3.9.2.1 Crédito Especial**

Modalidade de crédito adicional destinado à inclusão de novos itens programáticos, não previstos à época da elaboração do orçamento, podendo ser reaberto no Exercício seguinte, nos limites de seu saldo, se o ato que o autorizou houver sido promulgado nos últimos quatro meses do Exercício.

#### **1.3.9.2.2 Crédito Extraordinário**

Crédito destinado ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Autorizado e aberto por Medida Provisória, podendo ser reaberto no Exercício seguinte, nos limites de seu saldo, se o ato que o autorizou houver sido promulgado nos últimos quatro meses do Exercício.

#### **1.3.9.2.3 Crédito Suplementar**

Crédito destinado ao reforço de dotação orçamentária já existente no orçamento. Depende de autorização legislativa, que pode constar da própria Lei Orçamentária.

### **1.3.10 PLANO DE AÇÃO (PA)**

Documento síntese do processo de planejamento institucional da Aeronáutica, contendo o detalhamento da Lei Orçamentária Anual - LOA, em termos de metas financeiras priorizadas e aprovadas pelo Comandante da Aeronáutica. Inclui os créditos disponibilizados nas gestões Tesouro Nacional, Fundo Aeronáutico e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica.

### **1.3.11 ALTERAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO**

Consiste na inserção de qualquer modificação no Plano de Ação aprovado, durante a sua execução.

### **1.3.12 COMANDANTE**

O termo Comandante, neste documento, é empregado para designar, genericamente, os Comandantes, Chefes, Diretores e Secretários das Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.

### **1.3.13 RESTOS A PAGAR (RP)**

Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas, até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas (art. 36 da Lei 4.320/64).

#### **1.3.13.1 Restos a Pagar Processados**

São despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas, dentro do próprio Exercício financeiro, cujo registro da obrigação é feito sob este título, a fim de que, nos termos da legislação, possam ser pagos no Exercício seguinte.

#### **1.3.13.2 Restos a Pagar não Processados**

São as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do próprio Exercício financeiro, cuja inscrição é feita sob este título, a fim de que, nos termos da legislação, possam ser liquidadas e pagas no Exercício seguinte.

### **1.3.14 FONTE DE RECURSO**

Indica a origem do recurso orçamentário, transferido para um determinado Órgão/Entidade, destinando-se à manutenção da sua atividade programada.

### **1.3.15 SISTEMA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (SISTEMA A5)**

Correio eletrônico na INTRAER, gerenciado pela SEFA, pelo qual tramitam as solicitações de alterações orçamentárias entre os ODGSA e a SEFA. O Sistema A5 utiliza uma planilha eletrônica padronizada, com a codificação das UGE e todas as informações necessárias para o remanejamento ou descentralização de créditos, por meio da qual os elos A5 dos ODGSA podem programar todas as alterações possíveis dentro do Plano de Ação aprovado.

## **1.4 ABREVIATURAS**

São utilizadas no texto desta Instrução as seguintes abreviaturas:

ANAJ - Assessoria de Normas e Assuntos Jurídicos da SEFA;

BCA – Boletim do Comando da Aeronáutica;

DIRINT – Diretoria de Intendência;

ICA - Instrução do Comando da Aeronáutica;

LOA - Lei Orçamentária Anual;

MD – Ministério da Defesa;

MTO – Manual Técnico do Orçamento;

OCC - Outras Despesas Correntes e de Capital;

ODGSA – Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata;

ODS - Órgão de Direção Setorial;  
PI - Plano Interno;  
PLAMTAX - Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior;  
PPF - Proposta de Programação Financeira;  
PROFAA - Programa Federal de Auxílio aos Aeroportos;  
PTUG - Programa de Trabalho da Unidade Gestora;  
RP - Restos a Pagar;  
SAC – Secretaria de Aviação Civil;  
SAD – Sistema de Apoio à Decisão;  
SDAB – Subdiretoria de Abastecimento;  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira;  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais;  
SIDOR – Sistema Integrado de Dados Orçamentários;  
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento;  
SIPLORC – Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário;  
SISCEAB – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;  
SUCONT - Subsecretaria de Contabilidade da SEFA;  
SUFIN - Subsecretaria de Administração Financeira da SEFA;  
TI – Tecnologia da Informação;  
UG - Unidade Gestora;  
UGE - Unidade Gestora Executora;  
UGR - Unidade Gestora Responsável;  
UGC – Unidade Gestora Credora; e  
UO - Unidade Orçamentária.

## **2 PLANO DE AÇÃO**

**2.1** O Plano de Ação tem por finalidade apresentar a distribuição dos créditos contemplados no Orçamento Geral da União ao Comando da Aeronáutica, consolidando as Ações programadas (Projetos, Atividades e Operações Especiais) para um determinado Exercício.

**2.2** É elaborado, anualmente, pelo EMAER, com base na Proposta Orçamentária dos Coordenadores de Ação/Gerentes de Programa, nos créditos aprovados pela LOA e nos Decretos que regulamentam a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa. Abrange os recursos do Tesouro Nacional, do Fundo Aeronáutico e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, inseridos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

**2.3** Durante o Exercício, o acompanhamento da execução orçamentária das respectivas Unidades Gestoras é absolutamente necessário, de forma a possibilitar os ajustes e correções decorrentes da dinâmica orçamentária e financeira que, comumente, passam por alterações e remanejamentos dos créditos alocados no Plano de Ação.

**2.4** A conjuntura econômica continua a impor restrições às crescentes necessidades orçamentárias do Comando da Aeronáutica, seja pela urgência em reverter a obsolescência dos equipamentos e a pertinência em implementar o treinamento e a capacidade operacional de suas equipagens, seja pela premência em promover a adequada conservação da infraestrutura e a capacitação das pessoas, bem como manter o requerido apoio médico e odontológico aos integrantes do efetivo e de seus dependentes.

**2.5** Nesse contexto, a orientação dos Órgãos Superiores é fundamental para o emprego judicioso de todos os recursos disponibilizados, sendo indispensável a efetiva cooperação e participação de todas as Unidades Gestoras.

**2.6** Desse modo, o instrumento básico para conduzir esse processo é o Plano de Ação, constituído pela consolidação dos PTUG, disponibilizado pelo EMAER para consulta das Unidades Gestoras por intermédio do SIPLORC.

**2.7** Os créditos previstos no Plano de Ação de 2011 são os constantes na Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, que impôs limitações de gastos e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e despesas com locomoção, no Exercício de 2011.

### 3 ORÇAMENTO DA AERONÁUTICA PARA 2011

#### 3.1 COMENTÁRIOS GERAIS

**3.1.1** Para o Exercício de 2011, a Lei Orçamentária contempla o Comando da Aeronáutica com créditos no total de R\$ 15.949.801.757,00 (quinze bilhões, novecentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e um mil, setecentos e cinquenta e sete Reais), correspondendo a 0,86% do Orçamento Geral da União e a 27,03% do orçamento do MD e está distribuído conforme a Tabela 1:

Tabela 1

R\$ 1,00

DESPESA / UO	TESOURO	FUNDO AERONÁUTICO	CFIAE	TOTAL
PESSOAL	10.046.314.290	0	962.848	10.047.277.138
PAGAMENTO DA DÍVIDA	1.002.268.404	0	900.000	1.003.168.404
OCC	2.389.543.189	2.202.595.900	4.485.985	4.596.625.074
RESERVA CONTINGÊNCIA	169.000.000	100.000.000	0	269.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>13.607.125.883</b>	<b>2.302.595.900</b>	<b>6.348.833</b>	<b>15.916.070.616</b>

**3.1.2** Como resultado das medidas determinadas pelos Decretos nº 7.445 e nº 7.446, de 1º de março de 2011, e alterações posteriores, o Comando da Aeronáutica foi contingenciado em R\$ 1.119 milhões, em OCC, passando a ter a distribuição orçamentária para 2011 a seguinte configuração, segundo a Tabela 2:

Tabela 2

R\$ 1,00

UO	LOA 2011	CONTING.	DISPONÍVEL PARA EXECUÇÃO
TESOURO	2.558.543.189	673.116.695	1.885.426.494
FUNDO AER.	2.302.595.900	446.757.022	1.855.838.878
CFIAE	4.485.985,00	112.282	4.373.703
<b>TOTAL</b>	<b>4.865.625.074</b>	<b>1.119.985.999</b>	<b>3.745.639.075</b>

**3.1.3** Importa ressaltar que os Restos a Pagar (RP 2010), com impacto na programação financeira de 2011 (R\$ 1,154 milhões), não foram contemplados com limites adicionais, pois o Limite para Movimentação e Empenho (LME) dos créditos autorizados para 2011 é superior ao Limite de Pagamentos (LP). Significa que, em tese, o Comando da Aeronáutica somente poderá pagar 69,18 % do seu orçamento, razão pela qual é imprescindível que os Ordenadores de Despesas realizem acompanhamento minucioso e constante da execução dos compromissos inscritos em RP 2010.

### **3.2 PRAZOS**

#### **3.2.1 ATÉ 25 NOV 2011**

- a) os Órgãos Setoriais e suas Diretorias poderão enviar à SEFA (SUFIN/SUFIN-2) os pedidos de descentralização dos créditos sob sua responsabilidade, conforme estabelecido no item 5 – Disposições Específicas destas Instruções; e
- b) as UGE poderão solicitar à SEFA (SUFIN/SUFIN-2) a descentralização de créditos referentes aos Recursos Diretamente Arrecadados, de acordo com o disposto no item 5.14 destas Instruções.

#### **3.2.2 ATÉ 02 DEZ 2011**

- a) as UGE poderão solicitar alterações de Elementos de Despesa previstas no item 4.3.1 das presentes Instruções;
- b) as UGE poderão empenhar as despesas; e
- c) os empenhos limitar-se-ão às despesas cujos contratos, convênios ou instrumentos congêneres possam ser formalizados até 31 DEZ 2011.

#### **3.2.3 ATÉ 05 DEZ 2011**

A SEFA (SUFIN/SUFIN-2) procederá à anulação dos créditos não empenhados até o dia 02 DEZ 2010.

**3.2.4** Estes e outros prazos aplicáveis à execução orçamentária estarão incluídos no Calendário de Encerramento do Exercício, a ser oportunamente atualizado no Módulo 14 do MCA 172-3 (Digital).

## **4 DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.1** Além das orientações específicas contidas nesta ICA, a execução orçamentária das UGE obedecerá as determinações expressas no Aviso Interno nº 4/GC6, de 7 de junho de 2011, publicado no BCA nº 110, de 9 de junho de 2011.

**4.1.2** Toda descentralização de crédito será precedida de análise pela SEFA, quanto à compatibilidade entre o objeto da solicitação e a finalidade da respectiva Ação Orçamentária.

**4.1.3** Independentemente dos valores encaminhados na Proposta Orçamentária para o Exercício de 2011, os créditos constantes do Plano de Ação representam a totalidade dos recursos que a Unidade deverá dispor para o atendimento às suas necessidades no transcorrer do Exercício de 2011.

**4.1.4** Na aplicação dos créditos recebidos, os Ordenadores de Despesa, obrigatoriamente, deverão priorizar o custeio de despesas com Serviços de Prestação Continuada e Serviços Públicos.

**4.1.5** As Unidades Gestoras, se necessário, deverão solicitar alteração/remanejamento de créditos, além de implementar medidas para racionalização dos gastos, como forma de garantir o custeio integral das despesas.

**4.1.6** Sempre que possível, os Ordenadores de Despesas deverão priorizar a utilização dos créditos da Fonte 0100000000 (Tesouro Nacional).

**4.1.7** A utilização dos créditos somente poderá ser realizada após sua liberação no SIAFI e em conformidade com o que venha a ser estabelecido em dispositivos legais pertinentes, tratando da compatibilidade entre a realização da receita e a execução da despesa da União no Exercício de 2011.

**4.1.8** As necessidades de créditos adicionais deverão ser submetidas aos Órgãos superiores da cadeia de comando, onde, em cada nível, será estudada a possibilidade de solução para o pleito com recursos do Órgão ou por meio de remanejamento de crédito entre as Unidades subordinadas ao ODGSA.

**4.1.9** As necessidades de créditos adicionais, que envolvam as Fontes 148 e 149, deverão ser submetidas, antecipadamente, à Subsecretaria de Contratos e Convênios (SUCONV).

**4.1.10** Os Órgãos Setoriais e suas Diretorias, quando necessitarem remanejar seus créditos para o exterior, deverão solicitar à SEFA, via Mensagem Direta, Fac-símile (61 3962-1537), mensagem SIAFI ou Sistema A5, informando o prazo limite para que o valor esteja no exterior, de modo a permitir a adequação do fluxo financeiro, observado o disposto no item 5.18 desta ICA.

**4.1.11** A movimentação de créditos para as UG sediadas no exterior será precedida do respectivo fechamento de Contrato de Câmbio, a ser processado exclusivamente pela

SEFA, razão por que é imprescindível antecipar ao máximo os pedidos dessas movimentações.

**4.1.12** Com o propósito de racionalizar a utilização do orçamento, fica vedada a emissão de Nota de Empenho por uma UG em favor de outra UG do Comando da Aeronáutica. Caso haja necessidade da contratação de serviços e/ou fornecimento de materiais entre Unidades Gestoras, a UG contratante deverá, de imediato, solicitar à SEFA a transferência dos seus recursos creditícios correspondentes à UG contratada.

**4.1.13** Para indenização à Subdiretoria de Abastecimento (SDAB), por fornecimento de itens de fardamento Reembolsável, a transferência **obrigatoriamente** deverá ser de créditos da Ação 2000 – Administração da Unidade.

**4.1.14** Em 2011, o processo de execução da despesa continua a utilizar o código do PI do SIAFI, cujo detalhamento poderá ser consultado no SIAFI, por meio da transação “CONPI”. Assim sendo, as Notas de Créditos incorporarão esse código (onze dígitos), o qual deverá ser inserido em todas as transações SIAFI posteriores, até a liquidação da respectiva despesa.

## **4.2 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

**4.2.1** As liberações de recursos financeiros (numerário) pela SEFA estarão em consonância com a legislação que trata da compatibilidade entre a realização da receita e a execução da despesa do Poder Executivo para o Exercício de 2011, especialmente no que se refere aos limites para pagamentos estabelecidos pelo Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e alterações posteriores.

**4.2.2** Os sub-repasses de numerário, para as UGE da Unidade Orçamentária Tesouro Nacional, estão condicionados ao recebimento pela SEFA dos repasses provenientes do Ministério da Defesa.

**4.2.3** Os repasses de numerário para as UGE, da Unidade Orçamentária Fundo Aeronáutico, ficam condicionados à realização das receitas nas respectivas Fontes de Recursos.

**4.2.4** Os Agentes Diretores deverão considerar, em seus planejamentos de gastos, o cronograma estabelecido para o Ministério da Defesa, com base na Portaria nº 70, de 2 de março de 2011, do Ministério da Fazenda, para as liberações de numerário, evitando dar causa a inadimplências com fornecedores de bens e de serviços.

**4.2.5** Os Agentes Diretores das UGE são os responsáveis pelo planejamento da execução dos recursos financeiros recebidos da SEFA, devendo **evitar o desnecessário acúmulo de saldos**, os quais, em função das disponibilidades, poderão ser **remanejados** para outras UGE que tenham condições de imediata aplicação.

**4.2.6** Informações mais detalhadas sobre a programação financeira poderão ser obtidas no Módulo 5 – Programação Financeira do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica (MCA 172-3 Digital).



### 4.3 REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**4.3.1** As alterações de Elemento de Despesa (dentro de um mesmo Grupo de Despesa e na mesma Ação) ou de PI poderão ser solicitadas diretamente à SEFA (SUFIN) pelos **Ordenadores de Despesas**, via Mensagem Direta, Fac-símile (061 3962-1537), Mensagem SIAFI ou Sistema A5, conforme as necessidades das UG.

**4.3.2** O disposto no item anterior não se aplica às Diárias, Material Permanente, Passagens, Plano de Obras e outras alterações que, antes, tenham de transitar pelo ODGSA a que pertence a UG, ficando vedado, em qualquer hipótese, o remanejamento de crédito para atender despesas com Diárias ou Passagens.

**4.3.3** Da mesma forma, quanto aos créditos cuja descentralização foi solicitada à SEFA pelos ODGSA, pelas Diretorias ou pelos Coordenadores de Ação, os pedidos de alteração **obrigatoriamente** deverão ser encaminhados a esses órgãos ou coordenadores, os quais, após as pertinentes conferências, remeterão o pleito à SEFA, via Sistema A5.

**4.3.4** As necessidades de créditos suplementares, depois de apreciadas no respectivo ODGSA, deverão ser encaminhadas à SEFA, anexando-se as justificativas afins, de acordo com modelo constante do Anexo “A”, com a maior brevidade possível, para que sejam inseridas no SIDOR, considerando-se os prazos estabelecidos pela Portaria SOF nº 07, de 1º de março de 2011, observado o disposto no item 4.1.8 destas Instruções.

### 4.4 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**4.4.1** Os Comandantes deverão acompanhar a execução orçamentária, mediante verificação:

- a) **diária:** do Relatório de Conformidade Diária, da consulta de saldos e das mensagens COMUNICA, todos extraídos no SIAFI; e
- b) **mensal:** dos Balancetes e Demonstrativos Mensais, quando da Reunião da Administração.

**4.4.2** Os Comandantes, por ocasião da elaboração do PTUG, deverão estabelecer o adequado **relacionamento entre as metas** definidas para a Unidade e os **Programas/Ações Orçamentárias** referentes aos créditos utilizados para a consecução dessas metas, a fim de que, no encerramento do Exercício, o **Relatório de Gestão da UG** seja elaborado com base nos Programas/Ações Orçamentárias utilizadas durante o ano, conforme disposto nas Normas de Encerramento do Exercício, anualmente divulgadas pela SEFA.

**4.4.3** Os Órgãos Superiores da cadeia de comando poderão acompanhar a execução orçamentária das respectivas Unidades subordinadas, utilizando-se do SIAFI.

**4.4.4** Os ODGSA deverão acompanhar e efetuar gestões junto às Unidades Gestoras subordinadas, quando couber, no sentido de imprimir presteza ao processo de empenho e liquidação das despesas, objetivando:

- a) **assegurar**, ao máximo possível, a execução dos RP 2010 e do orçamento de 2011; e
- b) **reduzir**, ao mínimo possível, o volume de recursos a inscrever em RP (2011 para 2012), contribuindo para minimizar o impacto financeiro de RP na execução do Orçamento de 2012.

## 5 DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

### 5.1 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA

**5.1.1** Os recursos referentes às **Ações 2864 – Alimentação de Pessoal e 8973 – Manutenção e Suprimento de Fardamento e Material de Intendência** serão descentralizados pela SEFA, mediante solicitação da DIRINT (SDAB), via Sistema A5.

**5.1.2** Ao COMGAP (5EM), caberá solicitar à SEFA, via Sistema A5, a descentralização das dotações das **Ações 2048 – Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico, 2757 – Manutenção e Suprimento de Simuladores, 2868 – Manutenção e Suprimento de Combustível e Lubrificantes e 2890 – Manutenção e Suprimento de Material Bélico.**

**5.1.3** O COMGEP (3EM) será o responsável por solicitar à SEFA, também pelo Sistema A5, a descentralização dos créditos da **Ação 2895 – Manutenção e Suprimento de Material de Saúde.**

**5.1.4** No caso da necessidade de alteração e/ou remanejamento dos créditos supramencionados, caberá ao órgão responsável pela solicitação de descentralização dos recursos, da mesma forma, o encaminhamento da requisição de modificação à SEFA (SUFIN/SUFIN-2).

### 5.2 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

**5.2.1** Os recursos das **Ações 12CD – Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional e 5150 – Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional** serão descentralizados pela SEFA, mediante solicitação do EMAER (4SC), por meio do Sistema A5.

**5.2.2** Antes de solicitar ao EMAER (4SC) a descentralização de créditos das citadas ações orçamentárias, os ODGSA deverão verificar a compatibilidade entre o objeto da despesa e o que está disposto na **ICA 171-34 – Aplicação de Recursos do Adicional de Tarifa Aeroportuária em Ações Aeroportuárias de Interesse Nacional a Cargo do Comando da Aeronáutica**, bem como a prioridade estabelecida no **PCA 11-17 – Plano de Desenvolvimento de Aeródromos de Interesse Militar.**

**5.2.3** A inobservância do item anterior levará à rejeição pela SEFA da solicitação de descentralização dos créditos das **Ações 12CD e 5150**, de acordo com determinação contida em Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU).

**5.2.4** O COMGAP (5EM) solicitará à SEFA a descentralização dos recursos da **Ação 3119 – Implantação de Módulos de Combate a Incêndio**, via Sistema A5, informando o número da licitação, a data da homologação, o valor dos dispêndios anuais (se for plurianual), o objeto e a Natureza da Despesa a ser utilizada.

**5.2.5** A SAC, em coordenação com a SUCONV, solicitará à SEFA a descentralização dos recursos das **Ações 12CE e 5154**, destinadas à Construção, Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual (**PROFAA**), inclusive aqueles provenientes de Emendas Parlamentares, conforme termos constantes de acordo de

cooperação, por meio de documento ou mensagem Fac-símile (61-3962-1453), indicando a UG contemplada, após cumpridas todas as formalidades regulamentares previstas no PROFAA, respeitados os limites disponíveis.

### **5.3 APOIO ADMINISTRATIVO**

**5.3.1** O Programa **Apoio Administrativo** destina-se basicamente à vida vegetativa da Unidade. São despesas com material, serviços, serviços públicos, diárias de pessoal e passagens aéreas, dentre outras.

**5.3.2** Os Comandantes deverão priorizar as despesas essenciais e reservar crédito para esse atendimento, além de manter um rigoroso controle sobre essas despesas vis-à-vis os recursos disponíveis.

**5.3.3** Os Ordenadores de Despesa, quando do empenho das despesas, deverão priorizar os custeio das despesas com Serviços de Prestação Continuada e Serviços Públicos, observando a orientação contida no item 4.1.4 destas Instruções.

**5.3.4** O procedimento para o remanejamento de crédito, com o **PI de vida vegetativa (A000034.01.00)** para o pagamento de **Serviços Públicos (A000034.02.00)**, é o mesmo adotado para a mudança da Natureza da Despesa (solicitação à SEFA/SUFIN-2) prevista no item 4.3.1 destas Instruções.

**5.3.5** A SEFA, ao descentralizar os créditos referentes ao **Programa 0750 – Apoio Administrativo**, especificará os valores destinados a **Serviços Públicos** na Nota de Crédito, por meio do PI específico **(A000034.02.00)**. Tais créditos **não** deverão ser utilizados para quaisquer outras finalidades, atentando-se para o fato de que a UG, se assim agir, ficará **impedida** de solicitar créditos suplementares para este fim.

**5.3.6** Para cumprimento do disposto no item anterior, são consideradas como despesas com Serviços Públicos, exclusivamente, os seguintes:

<b>Despesa</b>	<b>Conta SIAFI</b>
Água e Esgoto	3390.39.44
Energia Elétrica	3390.39.43
Taxa de Iluminação Pública	3390.47.22
Gás Encanado	3390.39.45
Telefonia (Fixa e Móvel)	3390.39.58

**5.3.7** A SEFA descentralizará, mensalmente, os créditos destinados às despesas com Serviços Públicos, com base nas despesas liquidadas no **PI A000034.02.00**, até o dia 10 de cada mês. A UG deverá fazer o ajuste entre os empenhos emitidos para as concessionárias dos serviços públicos, definidos no item anterior, possibilitando que todas as despesas estejam asseguradas até o mesmo mês, visto que o acompanhamento e o controle feito pela SEFA está consolidado no Plano Interno citado.

#### **5.4 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS**

Os recursos referentes às ações do Sistema de Saúde, **Ação 2059 – Atendimento Médico-Hospitalar/Fator de Custo e Ação 2887 – Manutenção dos Serviços Médicos-Hospitalares e Odontológicos** (recursos da Fonte 0250120350) serão descentralizados pela SEFA, mediante solicitação da DIRSA, por meio do Sistema A5.

#### **5.5 AQUISIÇÃO DE PASSAGENS**

**5.5.1** Os recursos para aquisição de passagens e despesas com locomoção, no Exercício de 2011, estarão regulados e limitados pelo estabelecido pelo Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, pela Portaria nº 379/MD, de 3 de março de 2011 e pela Portaria nº 139-T/GC6, de 14 de março de 2011, além do Plano de Ação.

**5.5.2** Os recursos para aquisição de **passagens aéreas** (Ação 2000), destinados ao COMGAP e UG subordinadas, serão alocados no DECEA para a execução, conforme o estabelecido na Portaria nº R-809/GC-6, de 07 OUT 2004.

**5.5.3** Os recursos para aquisição de **passagens aéreas** (Ação 2000), destinados ao EMAER, COMGAR, COMGEP, DEPENDS, GABAER e SEFA, e suas UG subordinadas, serão alocados no GAP-BR para a execução, conforme o estabelecido na Portaria nº R-809/GC-6, de 07 OUT 2004.

**5.5.4** Os recursos para aquisição de **passagens aéreas** (Ação 2000), destinados ao DCTA e UG subordinadas, serão alocados no GIA-SJ para a execução.

**5.5.5** O DECEA, para atendimento das necessidades do SISCEAB, fará a aquisição de suas passagens aéreas, bem como as passagens rodoviárias e de outras categorias de transporte para os deslocamentos definidos no Decreto 4.307/2002 e ICA 177-31/2005, com seus próprios recursos (**Ações 2923 – Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro e 3133 – Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB**).

**5.5.5** As passagens rodoviárias e de outras categorias de transporte para os deslocamentos definidos no Decreto 4.307/2002 e ICA 177-31/2005 deverão também ser custeadas pelos recursos previstos no Plano de Ação, dos ODGSA, na Ação 2000, natureza de despesa 339033, exceto o DECEA, conforme item anterior.

**5.5.6** As Unidades Gestoras subordinadas deverão solicitar aos respectivos ODGSA os créditos necessários ao custeio das passagens citadas no item 5.5.5.

#### **5.6 PLANO DE OBRAS**

**5.6.1** Os Comandos-Gerais, Departamentos, Secretarias e GABAER deverão solicitar ao EMAER (4SC) a descentralização dos seus recursos referentes ao **Plano de Obras**, nas diversas Ações, via Fac-símile (61 3961-8380 ou 3961-8279) ou Mensagem Direta, contendo as seguintes informações:

- a) UG destinatária;

- b) nº da licitação;
- c) data da homologação da licitação;
- d) o objeto completo;
- e) a Natureza da Despesa a ser utilizada;
- f) o período de execução, com previsão de início e término;
- g) o valor total da licitação; e
- h) os valores a ser despendidos, ano a ano, nos casos de contratos plurianuais.

**5.6.2** Após as devidas conferências, o EMAER (4SC) solicitará à SEFA (SUFIN/SUFIN-2), por intermédio do Sistema A5, a descentralização dos créditos do Plano de Obras 2011 para as UG de destino, fazendo constar no pedido as mesmas informações relacionadas no item anterior, incluindo o **Plano Interno**.

**5.6.3** O cronograma de execução das obras previstas no **Plano de Obras** será desenvolvido, orientado e acompanhado por meio de reuniões periódicas, convocadas pelo EMAER (4SC), com a participação dos setores de planejamento e orçamento de cada Comando-Geral, Departamento, Secretarias, EMAER (4SC, 5SC e GABEM), da SEFA (SUFIN) e do GABAER.

**5.6.4** A solicitação de recursos para obras, em situação de **urgência** ou **emergência**, deverá ser encaminhada ao **ODS**, obedecida a cadeia de comando, o qual **atenderá** com o **crédito a ele disponibilizado no Plano de Ação**, conforme o estabelecido na Portaria nº R-689/GC6, de 29 JUN 2004.

## **5.7 CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**5.7.1** Contratos Comerciais suportados, no todo ou em parte, por Fontes de Operações de Crédito (148 e 149), deverão ter seus Termos Aditivos e/ou Rescisórios previamente submetidos à apreciação da Subsecretaria de Contratos e Convênios da SEFA, conforme preconiza a ICA 175-1/2005.

**5.7.2** O Encerramento dos Contratos Comerciais suportados, no todo ou em parte, por Fontes de Operações de Crédito (148 e 149), deverá ser informado à Subsecretaria de Contratos e Convênios da SEFA.

**5.7.3** Os Contratos, no âmbito do COMAER, deverão ser executados, conforme previsto na Portaria nº 533/GC6, de 04 MAI 2005 (ICA 175-1), sendo que as etapas de divulgação eletrônica de aviso de licitação, publicação de extrato de dispensa e inexigibilidade, geração de empenhos, registro de contratos e lançamento de medições por fiscais deverão ser efetivadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, segundo MSG SIAFI da SEFA nº 20081424152, de 05 de dezembro de 2008, complementada pela MSG SIAFI da SEFA nº 20090184708, de 10 de fevereiro de 2009.

**5.7.4** Os Contratos, cujos processos referem-se ao Exercício de 2010, deverão ser registrados pelas UGE no SIASG, exceto aqueles sob encargo das CABW e CABE.

**5.7.5** Os Convênios são regidos pela Portaria nº 824/GM4, de 23 de dezembro de 1998, pelo módulo 11 do MANUAL ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA, aprovado pela Portaria nº 14/SUCONT, de 13 de outubro de 2010, pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008.

**5.7.6** No caso de Convênios, as Unidades deverão observar fielmente suas vigências para a execução das receitas e despesas.

**5.7.7** Somente deverão ser empenhadas as parcelas das despesas de Contratos, Convênios ou instrumentos congêneres cuja liquidação ocorra até 31 de dezembro de 2010.

**5.7.8** A execução dos Convênios de receita está condicionada à existência de previsão dos respectivos recursos orçamentários, no Plano de Ação de 2011.

## **5.8** AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

Os ODGSA deverão solicitar à SEFA (SUFIN-2) a descentralização dos seus recursos referentes à aquisição de Material Permanente, via Fac-símile (61 3962-1537), Mensagem Direta ou Sistema A5, informando:

- a) UG destinatária;
- b) aplicação; e
- c) valor.

## **5.9** DIÁRIAS

**5.9.1** Os recursos para o pagamento de Diárias de civis e de militares, no Exercício de 2011, estarão regulados e limitados pelo estabelecido pelo Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, pela Portaria nº 379/MD, de 3 de março de 2011 e pela Portaria nº 139-T/GC6, de 14 de março de 2011, além do Plano de Ação.

**5.9.2** Os ODGSA deverão solicitar à SEFA (SUFIN/SUFIN-2) a descentralização dos seus recursos referentes a **Diárias**, via Fac-símile (61 3962-1537), Mensagem Direta ou Sistema A5, observando o contido, no art. 5º da Portaria nº 139-T/GC6, de 14 de março de 2011, que estabelece subdelegação de competência e informando:

- a) UG destinatária;
- b) aplicação; e
- c) valor.

**5.9.3** Quando da Ação 2000 – Administração da Unidade, os ODGSA deverão identificar os recursos destinados ao custeio de despesas com Diárias com o código da UG destinatária e o Plano Interno, composto pelos três últimos dígitos do código de UG do ODGSA (A0NNN340100, onde NNN representa os três dígitos identificadores do ODGSA).

## 5.10 ENCARGOS ESPECIAIS

A SEFA recomenda que haja um rigoroso controle, por parte da DIRINT (SDPP/SDEE) e dos Órgãos beneficiários da concessão, dos recursos destinados às **Ações 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados e 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**, diligenciando para que, além do fiel cumprimento das legislações pertinentes a essas matérias (constantes da *página* da SDEE na Intraer), haja a execução da totalidade desses créditos no Exercício de 2011.

## 5.11 ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL

**5.11.1** Medidas administrativas deverão ser adotadas ou revigoradas pelos Comandantes, no sentido de manter os gastos nos níveis planejados pela DIRINT/SDAB, tais como:

- a) controle do efetivo alimentado;
- b) cardápio racionalizado, evitando-se desperdícios, reduzindo o custo da refeição/pessoa, preservando-se a qualidade;
- c) confronto do cardápio com as baixas do estoque; e
- d) formação ou recomposição de estoque mínimo.

**5.11.2** A descentralização dos créditos será efetivada pela SEFA, mediante solicitação da DIRINT/SDAB, item 5.1.1 destas Instruções.

## 5.12 PLAMTAX

**5.12.1** As despesas referentes a cursos e missões no exterior do DECEA, constantes do PLAMTAX, serão custeadas com os recursos do **Programa 0623 – Ação 2923 – Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro**.

**5.12.2** Os ODGSA deverão propor ato administrativo para designar militares para o cumprimento de curso e de missão aprovada no **PLAMTAX**, através do Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER), nos termos do parágrafo 5º do art. 3º do Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, devendo verificar a existência dos recursos atinentes a:

- a) **Serviços de Terceiros** – CABW e CABE;
- b) **Diárias** – SDPP-EXTERIOR;
- c) **Passagens** - GAP-BR: no caso do COMGAR, COMGEP, DEPENDS, EMAER, GABAER e SEFA;
  - DECEA: no caso do COMGAP e do próprio Departamento; e
  - GIA-SJ: no caso do DCTA; e
- d) **Suprimento de Fundos** – VI COMAR e BAGL.



**5.12.3** Quando se tratar de curso ou missão custeada com recursos de missões EXTRA-PLAMTAX/DIVERSAS a verificação prevista no item 5.12.2 será realizada pelo GABAER.

**5.12.4** Na eventualidade de insuficiência de recursos para a realização de curso ou missão previamente aprovada, o ODGSA interessado deverá entrar em contato com o GABAER (GC4), via Mensagem Direta, Fac-símile (061 3966-9733) ou RTCAER (6745), para tratar da alocação dos respectivos créditos.

**5.12.5** No caso em que a taxa de câmbio, no dia da descentralização dos créditos, for superior à taxa utilizada pelo EMAER, na elaboração do Plano de Ação, situação em que os valores em moeda nacional serão insuficientes para a conversão de todos os valores em Dólares norte-americanos previstos no PLAMTAX aprovado, os ODGSA, após receberem formalmente comunicação da SEFA, deverão promover os devidos ajustes, de modo a compensar as eventuais diferenças.

**5.12.6** Os procedimentos supramencionados seguem as orientações emitidas pelo Aviso Interno nº 2/GC4/19, de 09 de novembro de 2009 e ICA 12-10, de 01 de abril de 2008.

### **5.13 ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**5.13.1** A gestão dos recursos creditícios destinados aos programas sociais do Comando da Aeronáutica obedecerá ao estabelecido na ICA 161-1/2008, aprovada pela Portaria nº 163/DIRINT, de 15 de dezembro de 2008, e publicada no BCA nº 240, de 18 de dezembro de 2008.

**5.13.2** A DIRINT (SDEE) solicitará à SEFA, por meio do Sistema A5, a descentralização dos recursos da Fonte 610 – Programa Social.

**5.13.3** Em hipótese alguma, as Unidades Gestoras poderão solicitar à SEFA a descentralização de créditos da Fonte 610.

### **5.14 RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELAS UG**

**5.14.1** Consideram-se como Recursos Diretamente Arrecadados, as receitas geradas no âmbito das Unidades Gestoras, e que são detalhadas nas seguintes Fontes:

- 510 – Seção Comercial (COM);
- 520 – Recursos Próprios da Unidade (RPU);
- 550 – Indenizações Médico-Hospitalares (IMH);
- 560 – Taxa de Ocupação de Imóveis (AIR);
- 620 – Programa Escolar (ESC); e
- 630 – Programa Reembolsável (REE).

**5.14.2** As Unidades Gestoras, para a correta contabilização das receitas, deverão observar o disposto no Módulo 3 – Contabilização de Receitas, do MCA 172-3.

**5.14.3** Os créditos relativos aos Recursos Diretamente Arrecadados pelas UG serão descentralizados pela SEFA/SUFIN-2, mediante solicitação das Unidades Gestoras, que deverão tomar por base o saldo positivo da equação abaixo, a ser aplicada a cada código de recolhimento correspondente à fonte de recursos solicitada, em consonância com a Tabela 1, do Módulo 3, deste Manual:

- (+) 1.9.3.5.1.06.01 (RECOLHIMENTO DO PRINCIPAL P/ COD. RECOLHIMENTO);
- (-) 1.9.3.5.1.10.01 (RETIFICAÇÕES DO PRINCIPAL);
- (-) 1.9.2.2.1.01.01 (CRÉDITOS RECEBIDOS); e
- (=) CRÉDITO A RECEBER (DO EXERCÍCIO CORRENTE).

**5.14.4** As Mensagens SIAFI encaminhadas à SEFA (SUFIN-2) deverão conter:

- a) origem da receita;
- b) em que serão aplicados os recursos;
- c) valor do crédito necessário;
- d) Natureza da Despesa;
- e) Fonte de Recursos Detalhada; e
- f) Nome completo e Posto do Ordenador de Despesas Titular.

**5.14.5** Não serão atendidas as solicitações de créditos cujas correspondentes mensagens omitirem alguma das citadas informações.

## **5.15 DESEMBARAÇO ALFANDEGÁRIO E MULTAS DE TRÂNSITO**

As despesas referentes ao desembaraço alfandegário, em função do que prevê a Instrução Normativa nº 206, de 25 SET 2002, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela IN nº 406, de 15 MAR 2004, IN nº 611, de 18 JAN 2006 e IN nº 680, de 02 OUT 2006, bem como as relativas às multas de trânsito (com direito de Regresso contra o funcionário que deu causa à multa), deverão ser realizadas utilizando-se, prioritariamente, os créditos existentes para a vida vegetativa da própria UG, na Natureza da Despesa 3390.47, que é a natureza apropriada para custear esses compromissos. As UG que não dispuserem de crédito na Natureza da Despesa mencionada, deverão adotar um dos procedimentos abaixo relacionados:

- a) solicitar diretamente à SEFA (SUFIN) a alteração da Natureza da Despesa, via Mensagem SIAFI ou conforme o descrito no item 4.3.1, no caso da UG possuir crédito na vida vegetativa em Natureza da Despesa diferente da prevista (3390.47); ou
- b) caso a Unidade Gestora não possua crédito na vida vegetativa, deverá encaminhar solicitação ao ODGSA a que estiver subordinada, obedecida a cadeia de Comando, que enviará à SEFA, via Fac-símile (61 3962-1537), ou Mensagem Direta, se for o caso, proposta de remanejamento de recursos para a Natureza da Despesa 3390.47, entre suas respectivas Unidades Gestoras subordinadas.

## **5.16 RECURSOS NÃO UTILIZADOS**

Todos os recursos que, por qualquer motivo, não tenham previsão de utilização pelas UG, deverão ser informados, o mais breve possível à SEFA, via Fac-símile (61 3962-1537), Mensagem Direta ou Mensagem SIAFI, objetivando a sua realocação e utilização por outra UG.

## **5.17 DESTAQUE DE CRÉDITO**

**5.17.1** O Secretário da SEFA coordenará com o Chefe do EMAER, seguindo as orientações do Comandante da Aeronáutica, a proposta para a distribuição de créditos oriundos de destaques de outras UO.

**5.17.2** O pagamento de despesas do Exercício e de RP, decorrente de créditos orçamentários descentralizados, será computado no Órgão descentralizador (parágrafo 1º do art. 2º do Decreto nº 7.094, de 03 de fevereiro de 2010).

**5.17.3** As UG beneficiárias de Destaques de Crédito deverão enviar ao EMAER (5SC) e à SEFA (SUFIN), ou proceder de acordo com as instruções contidas no documento que autorizou o destaque, relatório(s) de execução físico-financeira a cada 45 (quarenta e cinco) dias, além do Relatório Final dessa execução.

**5.17.4** As UG que receberem destaque de crédito deverão:

- a) envidar esforços no sentido de empregar os recursos de modo a não deixar crédito em RP, quer pelo período de execução do objeto do destaque, quer pela falta do respectivo numerário; e
- b) antes do vencimento do prazo limite para empenho (**03 DEZ 2010**), a parcela que não for ser executada no Exercício deverá ser informada à SEFA (SUFIN-2), para anulação do crédito e a sua devolução ao Órgão que enviou o destaque.

**5.17.5** Em atendimento à recomendação da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (CISSET/MD), todos os recursos creditícios de Órgãos externos ao Comando da Aeronáutica, que se destinem às Unidades Gestoras do COMAER, deverão, obrigatoriamente, transitar pela Setorial orçamentária daquele Ministério (UG: 110407). Caso alguma UG do COMAER receba crédito de outro Órgão, que não seja da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, deverá providenciar a devolução imediata do recurso ao Órgão de origem, o qual deverá ser orientado a proceder da maneira estabelecida pela CISSET/MD.

## **5.18 AÇÕES SUPOSTADAS POR FONTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

**5.18.1** As Ações Orçamentárias que sejam suportadas, no todo ou em parte, por Fontes de Operações de Crédito (148 e 149), deverão ser submetidas à Subsecretaria de Contratos e Convênios (SUCONV), a qual coordenará a programação de descentralização desses recursos pelos vários Projetos (PI) contemplados no Plano de Ação, com base na disponibilidade dos financiamentos existentes.

**5.18.2** No caso da existência de Decretos, que prevejam a limitação da execução orçamentária e/ou financeira, resultando em alterações do Plano de Ação aprovado, tais modificações deverão ser submetidas à SUCONV para apreciação e emissão de parecer sobre as consequências, em função das Operações de Crédito em execução.

#### **5.19 SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (AÇÃO 7861 – DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS CORPORATIVOS)**

**5.19.1** Os recursos para os Projetos de TI, incluídos na **Ação 7861**, constarão no PA 2010 como “em ser”, na SEFA, com descentralização a comando do Coordenador da **Ação 7861**, por meio do Sistema A5.

**5.19.2** Os Gerentes dos Projetos vinculados à Ação 7861 (PA 2010) deverão encaminhar, formalmente, via cadeia de comando, ao Coordenador dessa Ação, o Plano de Aplicação (Cronograma de Desembolso Físico-Financeiro) de seu Projeto, por Etapa e por Natureza de Despesa, conforme prazo definido pelo Coordenador da Ação.

**5.19.3** O documento original de “Solicitação de Descentralização de Crédito” para atender às necessidades de cada Projeto da **Ação 7861**, relativa a cada processo licitatório ou ao cumprimento de etapa de contrato já registrado, deverá ser encaminhado, formalmente, pelo Gerente do Projeto, via cadeia de comando, ao Coordenador da Ação, contendo os seguintes dados:

- nome do Projeto;
- Programa, Ação, PI e Fonte do Projeto, em conformidade com o PTUG do ano;
- nome da UGR;
- nome da UGE destinatária;
- processo licitatório: dados detalhados (nº da licitação, UGE que fez a licitação, data da homologação, etc.);
- contrato: identificação do contrato (registro na SEFA, para os contratos assinados até 2008, ou nº do contrato no SIASG, para os celebrados posteriormente) e da etapa que está sendo recebida;
- descrição completa do objeto, compatível com a classificação da ND e identificado como um dispêndio característico de TI; e
- discriminação dos valores solicitados, de acordo com a licitação, por ND.

Para fins de padronização e facilidade de coordenação e análise, o Coordenador da **Ação 7861** disponibilizará um modelo de planilha “Solicitação de Descentralização/Remanejamento de Créditos – Ação 7861” na página da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica - DTI ([www.dti.intraer/pgacao7861.htm](http://www.dti.intraer/pgacao7861.htm)).

**5.19.4** Com o propósito de permitir prestação nos trâmites da documentação mencionada nos itens **5.19.2** e **5.19.3**, deverá também ser enviada, por meio de **mensagem Fac-símile** ou **mensagem eletrônica** (e-Mail), uma cópia, em pdf, dessa documentação

original **assinada**, para o endereço eletrônico [aplog@dti.intraer](mailto:aplog@dti.intraer) com cópia para [aplog1@dti.intraer](mailto:aplog1@dti.intraer).

#### **5.20 PROJETOS ESTRATÉGICOS DO COMANDO DA AERONÁUTICA (PEMAER)**

Os recursos do PEMAER serão descentralizados em conformidade com programação estabelecida pelo EMAER, de acordo com o item 11 do Aviso Interno nº 4/GC6, de 7 de junho de 2011.

## 6 DISPOSIÇÕES FINAIS

**6.1** Os casos não previstos nesta ICA, referentes à execução orçamentária, deverão ser objeto de consulta formal à SEFA, via Cadeia de Comando, sendo **vedado** o uso do sistema COMUNICA do SIAFI.

**6.2** As consultas que envolvam análise jurídico-legal deverão ser dirigidas à SEFA (ANAJ), de acordo com o item 6.1, para aprovação e/ou orientações, após apreciação da respectiva Assessoria Jurídica da Unidade ou da respectiva Cadeia de Comando, ressalvados os casos de urgência ou de consultas referentes às orientações e normas expedidas pela SEFA.

**6.3** Instruções complementares a esta ICA serão divulgadas, sempre que necessário, via Mensagem Direta ou Fac-símile aos ODS. Estes deverão dar conhecimento das instruções contidas nesta ICA e de suas alterações posteriores às Unidades Gestoras subordinadas.

**6.4** Esta instrução está disponível na *página* de legislação da SEFA na Intraer ([www.sefa.intraer](http://www.sefa.intraer)).

**6.5** Os ODGSA deverão orientar às suas UG subordinadas, no que for pertinente e conveniente, quanto à matéria tratada nesta ICA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei Complementar nº 101, de 04 MAI 2001*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.520, de 17 JUL 2002*. Institui no âmbito da União, Estados e Municípios, nos termos do art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 12.017, de 12 AGO 2009*. Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2010. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 12.214, de 26 JAN 2010*. Estima a receita e fixa a despesa da União para o Exercício Financeiro de 2010. Brasília, DF, 2010.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.653, de 07 ABR 2008*. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011 e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 3.555, 08 AGO 2000*. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Brasília, DF, 2000.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 4.307, 18 JUL 2002*. Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis 3.765, de 04 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 7.445, de 1º MAR 2011*. Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o Exercício de 2011 e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 7.446, de 1º MAR 2011*. Estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no Exercício de 2011. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. *Portaria nº 23, de 1º MAR 2011*. Detalha os limites de movimentação e empenho e de pagamento de que tratam os Anexos I e II do Decreto nº 7.445, de 1º MAR 2011, na forma dos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII desta Portaria. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. *Portaria nº 70, de 02 MAR 2011*. Detalha os limites de pagamento de que tratam o Anexo II do Decreto nº 7.445, de 1º MAR 2011, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. *Portaria nº 07/SOF, de 1º MAR 2011*. Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no Exercício de 2011, e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 938/GC6, de 08 SET 2004*. Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre “Execução, em Tempo de Paz, do Transporte, em Território Nacional, dos Militares da Aeronáutica”. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº C-5/GC3, de 01 SET 2005*. Aprova a reedição do PCA 11-17, que dispõe sobre “Plano de Desenvolvimento de Aeródromos de Interesse Militar”. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº R-97/GC3, de 09 FEV 2006*. Aprova a reedição da ICA 171-34, que dispõe sobre “Aplicação de Recursos do Adicional de Tarifa Aeroportuária em Ações Aeroportuárias de Interesse Nacional a Cargo do Comando da Aeronáutica”. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 118/CG4, de 04 MAR 2008*. Aprova as Instruções relativas ao Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. *Portaria nº 08/SEFA, de 15 FEV 2007*. Aprova, na forma de divulgação eletrônica, as instruções relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Intendência. *Portaria nº 163/DIRINT, de 15 DEZ 2008*. Aprova a reedição da ICA 161-1, que estabelece as normas e os procedimentos relacionados à gestão dos Recursos da Assistência Social do COMAER. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. *Aviso Interno nº 2/GC4/19, de 09 NOV 2009*. Emite orientações aos Chefes, Diretores-Gerais, Comandantes e Secretário dos ODGSA, relativas à designação de militares do Comando da Aeronáutica para cumprimento de missões PLAMTAX. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. *Aviso Interno nº 1/GC6, de 04 JAN 2011*. Dispõe sobre a adequação dos recursos orçamentários no Exercício de 2011. Brasília, DF, 2010.



## **Anexo A - Justificativas Necessárias para Compor o Processo de Alteração do Orçamento Anual**

### **I – CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUAS CAUSAS:**

*(Descrever a situação atual, ou situação-problema, com as razões que deram origem a insuficiência de dotação orçamentária detectada, incluindo a variação dos parâmetros atuais em relação àqueles originalmente utilizados, se for o caso.)*

### **II – RESULTADOS ESPERADOS COM A ALTERAÇÃO SOLICITADA:**

*(Descrever os resultados esperados com a aplicação dos recursos solicitados e os indicadores que demonstram seus efeitos na alteração do quadro descrito na situação-problema, evidenciando o incremento qualitativo ou quantitativo dos níveis de serviços ou ações.)*

### **III –CONSEQUÊNCIAS DO NÃO ATENDIMENTO DO PLEITO:**

*(Apresentar as repercussões negativas no desenvolvimento das ações do Órgão/Unidade, caso a alteração solicitada não seja atendida ou o seja parcialmente.)*

### **IV – REFLEXOS DOS CANCELAMENTOS SOBRE A PROGRAMAÇÃO PREVISTA E O IMPACTO NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2008-2011:**

*(Demonstrar quais os efeitos dos cancelamentos das dotações propostas na execução da programação e o impacto no PPA 2008-2011, inclusive que não haverá pedido de recursos adicionais nestas dotações canceladas.)*

### **V – REFLEXOS DO ATENDIMENTO DA DEMANDA SOBRE O NÍVEL DO CUSTEIO DO ÓRGÃO E/OU DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:**

*(Demonstrar quais os efeitos do atendimento das dotações propostas nos gastos de custeio do Órgão/Unidade, caso a alteração solicitada seja atendida.)*

### **VI – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES:**

*(Apresentar qualquer outra informação julgada relevante que possa servir de subsídio para a análise da alteração solicitada.)*